



Conhecimento do Sistema Tributário Brasileiro: Ótica Discente

Silvio Paula Ribeiro

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/MS
sribeiro@hotmail.com

Caio Gisse Rainho

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/MS
caio_gisse_rainho@hotmail.com

Marcos Vinicius Molina

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/MS
molinav1995@gmail.com

Tamires Sousa Araújo

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/MS
tamires.sousa@ufms.br

Marçal Rogério Rizzo

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/MS
marcalprofessor@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar o nível de conhecimento do sistema tributário brasileiro, sob a ótica de discentes do curso de Graduação em Ciências Contábeis, de uma Universidade Federal, localizada no interior do Mato Grosso do Sul. Para tanto, comparam-se os níveis de domínio destes discentes, apresentam-se os temas conhecidos sobre o sistema tributário brasileiro e os não conhecidos; e ainda observam-se os possíveis avanços e lacunas formativas que estes alunos (ingressantes e concluintes) desenvolveram na trajetória acadêmica. Assim, baseados em uma abordagem quantitativa foi utilizado um questionário, devidamente adaptado de Barbosa, Ávila e Malaquias (2018), Curcino, Ávila e Malaquias (2013), Silva e Moraes (2015) e Silva, Nunes e Santana (2016). Este questionário foi aplicado para todos os discentes do curso, com a distinção entre ingressantes (do primeiro ao quarto período) e concluintes (do quinto período em diante). Nos resultados obtidos, estatística descritiva, constatou-se a média e o desvio padrão das respostas dos dois grupos estudados com base no teste t de Student que trouxe significância estatística entre as respostas de ambos os grupos. Com base em uma análise fatorial exploratória afirma-se que este estudo contribuiu com o debate sobre o baixo nível de conhecimento do sistema tributário brasileiro. E como estudos futuros recomenda-se ampliar a coleta de dados para âmbitos regionais e utilizar-se de novas técnicas estatísticas na análise dos dados, como a análise fatorial confirmatória.

Palavras-chave: Ciências Contábeis; Discentes; Sistema Tributário; Conhecimento Tributário.

ISSN: 1984-6266

Recebimento:

30/12/2020

Aprovação:

28/04/2021

**Editor responsável pela
aprovação do artigo:**

Dra. Nayane Thais Krespi Musial

**Editor responsável pela edição do
artigo:**

Dra. Nayane Thais Krespi Musial

Avaliado pelo sistema:

Double Blind Review

A reprodução dos artigos, total ou parcial,
pode ser feita desde que citada a fonte.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTABILIDADE
MESTRADO E DOUTORADO

DOI:

<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v13i2.78708>

KNOWLEDGE OF THE BRAZILIAN TAX SYSTEM: STUDENT PERSPECTIVE

ABSTRACT

This study aims to analyze the level of knowledge of the Brazilian tax system, from the perspective of undergraduate students in the Accounting Sciences course, from a Federal University, located in the interior of Mato Grosso do Sul. domain of these students, the known themes about the Brazilian tax system and the unknown ones are presented; and the possible advances and formative gaps that these students (incoming and graduating) developed in the academic trajectory are also observed. Thus, based on a quantitative approach, a questionnaire was used, duly adapted from Barbosa, Ávila and Malaquias (2018), Curcino, Ávila and Malaquias (2013), Silva and Morais (2015) and Silva, Nunes and Santana (2016). This questionnaire was applied to all students of the course, with the distinction between new students (from the first to the fourth period) and graduates (from the fifth period onwards). In the results obtained, descriptive statistics, the mean and standard deviation of the responses of the two groups studied were found based on the Student's t test, which brought statistical significance between the responses of both groups. Based on an exploratory factor analysis, it is stated that this study contributed to the debate on the low level of knowledge of the Brazilian tax system. And as future studies it is recommended to expand the data collection to regional levels and to use new statistical techniques in the analysis of the data, such as confirmatory factor analysis.

Keywords: Accounting Sciences; Students; Tax System; Tax knowledge..

1 Introdução

O Sistema Tributário Brasileiro é formado por um conjunto de normas gerais de direito tributário aplicáveis a União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal e, estas disciplinam a arrecadação e a distribuição de rendas no país (Oliveira et al., 2009). A normatização de tributos no país tem como objetivo atender as necessidades sociais dos brasileiros. Posto isso, os tributos são imprescindíveis ao funcionamento de uma nação, afinal são eles que financiam as atividades da máquina estatal, subsidiam a manutenção dos bens e a prestação de serviços públicos (hospitais, escolas, transporte, entre outros).

A arrecadação de tributos atende as nuances do Sistema Tributário Brasileiro (STB), o que é demasiadamente complexo. Neste ponto, cabe lembrar o preciso diagnóstico de Marion (2012) acerca da contabilidade que contribui com esta temática, por conta da sua abrangência, inferindo nos cargos técnicos e gerenciais das empresas e atuando também, na administração pública e na educação de futuro profissionais. Sob esta égide, destacam-se a áreas fiscal e tributária, pois aplicam-se tanto por órgãos públicos, através das legislações tributárias e sua devida fiscalização, quanto por entidades privadas, para obtenção de planejamento tributário eficaz. Exatamente por isso, defender-se-á neste artigo que o conhecimento dos detalhes do STB pelo contador torna-se fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo geral: analisar o nível de conhecimento do STB sob a ótica de discentes do curso de Graduação em Ciências Contábeis, de uma Universidade Federal localizada no interior do Mato Grosso do Sul. Especificamente, apresentam-se: os temas conhecidos sobre o sistema tributário e os não e observam-se os possíveis avanços e lacunas formativas que estes alunos possam ter. Nesse sentido, configura-se como pergunta de pesquisa: qual nível de conhecimento de estudantes

ingressantes e concluintes do curso de Graduação em Ciências Contábeis em relação ao Sistema tributário Brasileiro?

Para tentar responder à pergunta de pesquisa, foi utilizada a base da metodologia quantitativa, mobilizada por Hair et al., (2009), elaborou-se um questionário aplicado para todos os discentes do curso, com a distinção entre ingressantes (do primeiro ao quarto período) e concluintes (do quinto período em diante). Este estudo amparou-se nas pesquisas de Barbosa, Ávila e Malaquias (2018), Curcino, Ávila e Malaquias (2013), Silva e Morais (2015) e Silva, Nunes e Santana (2016), de modo a ajudar a compreender e refletir sobre a problemática eleita.

Portanto, o principal argumento que se pretende sustentar na justificativa da referida pesquisa é a relevância do conhecimento do STB ao profissional da área contábil, tanto na atuação da área quanto na orientação dos seus clientes (Barbosa et al., 2018; Curcino et al., 2013), no sentido de contribuir para disseminação de um conhecimento tributário, aplicação da legislação de forma adequada e na formação da sociedade fiscalizadora.

Nos resultados obtidos, via processo analítico, verificou-se que houve significância estatística entre as respostas de ambos os grupos. A principal conclusão é de que o conteúdo da temática investigada oferecida no curso de Ciências Contábeis, da Universidade pesquisada deve ser ajustado, por conta do baixo conhecimento da temática investigada, e, o assunto merece a inovação de novas técnicas de análise dos dados nas futuras pesquisas. Especificamente, apesar de baixo, o conhecimento do STB pelos graduandos em Ciências Contábeis relaciona-se a importância para financiar as atividades da União, Estados e Municípios. E a lacuna do conhecimento pelos mesmos estudantes compara-se aos aspectos específicos, como: Simples, IPI, ICMS e IPTU.

2. Sistema Tributário/Educação Fiscal e o Desenvolvimento Econômico do País

Para Orair e Gobetti (2018, p. 216) o sistema tributário é “o conjunto de regras legais que disciplina o exercício do poder impositivo pelos diversos órgãos públicos na forma de tributos cobrados no país e, notoriamente, controversa no Brasil e em todo lugar”. Especificamente, no caso do Brasil, a principal crítica do STB refere-se ao fato de não minimizar a desigualdade social.

Ressalta que, desde o início o STB foi polêmico. Para Rezende, Pereira e Alencar (2010) o nosso sistema tributário teve influência dos portugueses no período da colonização do país, assim, o STB não é equitativo, justo e comprometido com a construção e o desenvolvimento de uma nação.

Conforme já foi ressaltado, os tributos são imprescindíveis ao funcionamento de uma nação, eles incidem em todas as esferas (federal, estadual e municipal) e são eles que financiam as atividades da maquinaria estatal, subsidiam a manutenção dos bens e a prestação de serviços públicos (hospitais, escolas, transporte, entre outros). Sobre essa perspectiva, Silva, Cavalcante, Bomfim e Leite (2018, p. 55) destacam “o papel do Estado na sociedade moderna é garantir o bem-estar social, mediante a prestação de bens e serviços para a população em geral”. Ainda para os autores as ações do Estado resultam em custos, que são financiados pela cobrança de tributos sobre o aumento de riqueza que as pessoas geram.

Contudo, os “custos” quando geridos com eficiência proporciona o bem-estar social. Assim, para Vasconcelos (2002), a principal função do sistema tributário é promover o nível de receitas adequado a financiar os serviços públicos prestados ou colocados à disposição da população. Entretanto, um Estado que demanda crescimento e desenvolvimento de sua sociedade não pode restringir a esse sistema apenas a função de arrecadar os tributos, outras funções também, relevantes precisam ser consideradas: buscar o ajustamento da alocação de recursos, propor o ajustamento na distribuição da renda e da riqueza e assegurar a estabilidade da economia.

No entanto, Curcino et al. (2013, p. 67) ao fazer um comparativo entre os alunos iniciante e concluintes da graduação em Ciências Contábeis verificaram que “os concluintes possuem uma visão mais pessimista em relação ao sistema tributário nacional do que os iniciantes”. Para os autores foi possível verificar este resultado quando os concluintes concordam em maior grau com questões afirmativas “o Brasil é um dos países que mais arrecadam tributos” e que “a aplicação de recursos acontece desigualmente no país”. Outro dado da pesquisa é que há poucas diferenças significativas entre as percepções dos graduandos iniciantes e concluintes em relação à carga tributária no Brasil, apontando que os concluintes possuem uma visão mais pessimista em relação ao sistema tributário nacional.

Na literatura há pesquisas que apresentam a percepção dos discentes quanto ao STN, Cheibub e Miranda (2004) e Coelho (2001) salientaram que os alunos têm interesse pelo assunto, porém, não o veem como mais importante para seu futuro profissional. Vale ressaltar que uma sociedade fiscalizadora e com bom nível de educação fiscal pode contribuir com a minimização da desigualdade social.

Barbosa e Rêgo (2014) observaram a percepção dos discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal Rural do Semiárido, quanto à carga tributária nacional, discorrendo que os discentes da área de Ciências Contábeis têm dificuldades com questões relacionadas à finalidade de cada tributo. Fato intrigante para estudantes da contabilidade, por conta da diversidade de tributos e da complexidade da legislação. Nesta mesma linha de sondagem, Silva et al. (2016) tiveram a intenção de comparar a percepção de alunos ingressantes e concluintes de Ciências Contábeis sobre a carga tributária brasileira e constatam que estudantes que não trabalham na área possuem déficits sobre o assunto, por falta de contato com ele.

Barbosa et al. (2018) investigaram a percepção de alunos de cursos de graduação em Ciências Contábeis sobre a carga tributária no Brasil, os discentes consideram a carga tributária no Brasil abusiva e que a sonegação de tributos prejudica o crescimento, além de interferir na distribuição de renda. Silva e Moraes (2015), investigaram a importância da disciplina de contabilidade tributária para estudantes do curso de Ciências Contábeis de Tangará da Serra (MT), os autores constaram que apesar do conhecimento dos discentes proporcionado pelo curso não há garantia de vagas no mercado de trabalho.

O desenvolvimento de conhecimento do STB ocorre por meio do estabelecimento de legislação tributária e de publicações de estudos: Amaro (2010), Cassone (2006), Fabretti (2009) e Sontag, Huff, Hofer e Langaro (2007) entre outras, conforme já mencionadas neste item. As publicações têm como objetivo esclarecer as dúvidas relacionadas as nuances tributárias, normalmente, relacionadas a aplicação da legislação tributária vigente. As referências também, servem de base para o desenvolvimento do conteúdo nos cursos de graduação.

Ressalta-se que mesmo em curso superior, o STB é questionado e pouco conhecido. Assim, torna-se importante pesquisas que norteiam a percepção dos discentes quanto ao STB, pois o conhecimento sobre tributação tende a ser desenvolvido e fortalecido em prol da formação do profissional contábil, o que contribui com a educação fiscal. Aponta-se que o conhecimento do STB deve estabelecer segurança a sociedade, principalmente quando verificar-se a importância dos tributos.

Tanto para quem o arrecada como para quem o desembolsa. Se o Estado possuísse meios para conhecer de forma não arbitrária a capacidade contributiva de cada pessoa, seja ela física ou jurídica, não haveria a necessidade de estudar este assunto. Porém, como o Governo não possui meios para reduzir a desigualdade tributária, cabe a todos os interessados estudar as maneiras de diminuir a carga tributária (Nazário, Mendes, & Aquino, 2008, p. 68).

Como já dito, verifica-se que o STB é extremamente relevante, por conta, da sua importância no desenvolvimento econômico e social do país. Assim, o conhecimento das nuances do STB contribuiu com o bem-estar da sociedade brasileira e, cabe, ao profissional da área contábil ajudar o progresso dessa temática, depositando o seu conhecimento para o funcionamento legal do referido sistema.

Neste contexto de compreensão de relevância, faz-se necessário evidenciar a importância do STB para a sociedade como um todo, isso no Brasil é feito através da Educação fiscal. Campanha e Tenório (2017, p. 1) discorrem que no Brasil a educação fiscal surgiu com a reforma do estado nos anos de 1990, para conscientização da sociedade acerca dos tributos, a ideia é que “quanto maior o acesso do cidadão a uma educação que o instrua sobre tributo e controle social, maior será a qualidade de sua participação na gestão pública e na fiscalização de seus governantes”.

O Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF foi intitulado Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002, com objetivo de propagar Educação Fiscal conforme a Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2009a, p. 26). Segundo art. 1º da Portaria nº 413/2002, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) objetiva “promover e institucionalizar a educação fiscal em todo o país para o pleno exercício da cidadania”, “sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo”; “levar conhecimento aos cidadãos sobre administração pública”, “criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão”.

Campanha e Tenório (2017, p.10) afirma que a educação fiscal realizada por qualquer indivíduo, como a conscientização do tributo, evidenciando a importância dela para a sociedade. Os autores ainda complementam que “quanto mais amplo for o conhecimento sobre os diversos aspectos financeiros, orçamentários e contábeis que envolvem a prestação de contas (accountability) do poder público, mais qualificada será a influência desse cidadão na gestão governamental”.

Para Reis, Pfitscher e Casagrande (2012) as instituições de ensino são essenciais para disseminação da educação fiscal, pois delas saem pessoas conscientes da relevância do desenvolvimento da sociedade. Merece destaque, neste sentido, principalmente no curso de Ciências Contábeis averiguar o conhecimento destes estudantes, pois eles serão disseminadores da educação fiscal.

3 Procedimentos metodológicos

Este estudo caracteriza-se como survey, com revisão bibliográfica e levantamento de dados, junto a determinada amostra de uma referida população. Ainda contempla, o uso de técnicas e a análise dos resultados (Creswell, 2010). Assim, a pesquisa é do tipo descritiva-quantitativa e teve como objetivo geral: analisar o nível de conhecimento do STB, sob a ótica de discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis, de uma Universidade Federal, lócus da pesquisa, situada no interior do Mato Grosso do Sul. Especificamente, apresentam-se os temas conhecidos, os não conhecidos e observam-se os possíveis avanços e lacunas formativas que estes alunos possam ter.

Ressalta-se, que como ferramenta de coleta foi utilizado um questionário estruturado, conforme os estudos precedentes de Barbosa et al. (2018), Curcino et al. (2013), Silva e Moraes (2015) e Silva et al. (2016), para obter as informações necessárias. O questionário aplicado foi dividido em três níveis de sondagem: identificação da amostra, conhecimento teórico e opinião sobre o assunto, conhecimento do STB entre os ingressantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis. Essa forma de elaboração é que permitiu identificar as características da amostra, para que se pudesse atender aos objetivos estabelecidos nesta pesquisa.

Para aplicar o questionário, valeu-se da ferramenta “Google Docs”, onde o link do formulário foi encaminhado nos grupos acadêmicos de Whatsapp (aplicativo digital de troca mensagens instantâneas). O questionário ficou disponível aos discentes por um período de 30 dias, após isso a coleta de dados foi encerrada. A amostra configurou-se por meio da contribuição de 70 alunos do curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Federal localizada no interior do Mato Grosso do Sul, composta por ingressantes e concluintes que aceitaram participar da pesquisa como colaboradores.

Tal proposta de pesquisa requer, necessariamente, um índice de significância, ou seja, o nível de intervalo de confiança da amostra, neste caso, a amostra obtida diante da população (220 graduandos) de possíveis respondentes proporcionou um índice de significância de 99% e, conforme Hair et al. (2009) o teste

Alfa de Cronbach, também da amostra, apresenta-se confiável para atender aos objetivos estabelecidos neste estudo

Para proporcionar credibilidade aos dados coletados utilizou-se dos seguintes procedimentos, ambos amparados em Hair et al. (2009):

- Estatística descritiva junto as técnicas definidas pelas médias, do desvio padrão, do test t e da significância da amostra obtida;
- Análise fatorial exploratória pelos índices KMO, Teste de Esfericidade de Bartlett's e variância explicada.

Desta forma, apesar da localidade dos respondentes ser de apenas uma Universidade considera-se que os cálculos e padrões dos respectivos índices tem procedência. Assim, os dados foram considerados confiáveis, por meio da aplicação dos testes mencionados e considera-se que houve, neste estudo, avanço em relação a ampliação da análise dos dados ao utilizar-se da análise fatorial exploratória.

Os dados obtidos foram tabulados e organizados, conforme o descrito nos itens que seguem.

4 Análise dos resultados

4.1 Organização e análise dos dados

Os dados foram tabulados em planilhas excel e ajustados para obtenção das informações, por meio do software SPSS, versão 22. Assim, cada questão foi codificada, conforme tabela 4, contida no segundo subitem desta seção.

4.2 Perfil da Amostra

Após a coleta, o primeiro procedimento implementado foi a análise do perfil da amostra, os dados obtidos nesta etapa pertencem ao 1º bloco e estão apresentados na tabela 1. Observe:

Tabela 1

Perfil da amostra

Características	Detalhes	Frequência	%
Gênero	Masculino	41	58,57%
	Feminino	29	41,43%
Idade	18 a 21 anos	41	58,57%
	22 a 25 anos	13	18,57%
	26 a 29 anos	9	12,86%
	30 anos ou mais	7	10,00%
Cidade em que reside	Andradina/SP	9	12,86%

	Castilho/SP	4	5,71%
	Ilha Solteira/SP	2	2,86%
	Lavinia/SP	1	1,43%
	Mirandópolis/SP	6	8,57%
	Selvíria/MS	1	1,43%
	Três Lagoas/MS	47	67,14%
Semestre do Curso	Primeiro	5	7,14%
	Terceiro	24	34,29%
	Quinto	20	28,57%
	Sétimo	14	20,00%
	Nono ou mais	7	10,00%
Estudou sobre tributação além do conteúdo apresentado no curso de graduação?	Sim	28	40,00%
	Não	42	60,00%
Trabalha ou já trabalhou na área contábil ou tributária?	Sim	29	41,43%
	Não	41	58,57%

A amostra da pesquisa, composta de 70 discentes, possui 41 do gênero masculino, correspondendo a 58,57% do total e 29 do gênero feminino, correspondendo a 41,43% da amostra total. A partir dos dados expostos na tabela acima, a maioria da amostra tem até 25 anos, grande parte reside em Três Lagoas/MS, porém há um percentual considerável de pessoas de cidades como: Andradina/SP (9 respondentes) e Mirandópolis/SP (6 respondentes).

Dos 70 discentes, apenas 5 estavam no primeiro semestre do curso, 24 estavam no terceiro, 20 no quinto, 14 no sétimo e somente 7 no nono semestre ou em semestres superiores. Dos alunos que colaboraram com a pesquisa, 40% afirmaram ter estudado sobre tributação, além do conteúdo apresentado na graduação e 60% mencionam não ter estudado tributação além da graduação; por fim, 29 discentes trabalham ou já trabalharam com a parte contábil ou tributária e 41 deles nunca trabalharam nestas áreas.

4.3 Análise descritiva dos dados

Na análise descritiva utilizou-se das médias, do desvio padrão, do test t e da significância da amostra obtida.

4.3.1 Opiniões sobre assuntos tributários

Torna-se evidente que após a contemplação do perfil da amostra, organizou-se o 2º bloco, com a verificação do posicionamento dos discentes a respeito de assuntos tributários causadores de certos debates

na área contábil, por se tratarem de questões opinativas, sem nenhuma resposta definitiva, abaixo, na tabela 2, há a apresentação dados obtidos.

Tabela 2

Afirmativas opinativas

2º Bloco	Amostra	Média	Desvio Padrão	Teste t
1 – Os tributos são necessários para o funcionamento do país.	Ingressantes	4,4827	0,911	0,9793
	Concluintes	4,4878	0,7114	
2 – No Brasil, a carga tributária é considerada abusiva.	Ingressantes	4,4137	0,9455	0,6282
	Concluintes	4,5121	0,7457	
3 - No Brasil, os tributos recolhidos são aplicados de forma indevida e desigual.	Ingressantes	4,2758	0,9962	0,3035
	Concluintes	4	1,1618	
4 – A sonegação tributária influência diretamente no crescimento do país.	Ingressantes	4,2758	1,2217	0,7005
	Concluintes	4,1707	1,0464	
5 – Deveria existir taxação sobre grandes fortunas.	Ingressantes	4	1,3627	1
	Concluintes	4	1,1832	

Por meio da tabela 2, observa-se na questão (5), que houve uma igualdade das médias dos ingressantes e concluintes, obteve-se a média 4, isto quer dizer, que ambos concordam parcialmente que “a sonegação tributária influência diretamente no crescimento do país”, é possível ver também uma aproximação nítida na média da questão (1), com a média aproximada de 4,48, demonstrando que ambos os grupos afirmam que “os tributos são necessários para o funcionamento do país”. Vale ressaltar que em ambas as questões (1) e (5) o desvio padrão apenas dos respondentes concluintes apresentou-se melhor, ou seja, o desvio das respostas dos concluintes é menor que os iniciantes.

Na questão (2), os concluintes mencionam em maior medida com a afirmação: “no Brasil, a carga tributária é considerada abusiva”; na questão (3), constatou-se um resultado significante entre as médias dos ingressantes e concluintes: os ingressantes reforçam que “no Brasil, os tributos recolhidos são aplicados de forma indevida e desigual” e na questão (4), ambos os grupos relatam em parte sobre a afirmação de que “a sonegação tributária influência diretamente no crescimento do país.”, havendo uma maior média de concordância dos ingressantes. Diante desse fato, inferimos que os participantes da pesquisa têm uma percepção próxima daquilo que se entende por conhecimento tributário em contabilidade, pois as médias possuem resultados próximos. Em relação ao desvio padrão das questões (2), (3) e (4) o único favorável aos ingressantes é o da questão (3): “no Brasil, a carga tributária é considerada abusiva”.

Tendo como base o estudo de Curcino et al. (2013), observa-se que os resultados são similares quanto as questões optativas, demonstrando uma semelhança entre as médias dos iniciantes e concluintes e observando um “possível” descaso, diante da realidade brasileira, visto o grau de concordância com as afirmações (2): “no Brasil, a carga tributária é considerada abusiva” e (3) “no Brasil, os tributos recolhidos são aplicados de forma indevida e desigual”. Ao comparar os resultados deste estudo, com a pesquisa de Curcino

et al. (2013), verifica-se que, os discentes, tanto iniciantes quanto concluintes, concordam menos com a importância dos tributos para o país.

4.3.2 Conhecimentos específicos sobre assuntos tributários e legislação.

Neste subitem são trabalhados os resultados obtidos sobre os conhecimentos específicos dos discentes. Todas as afirmativas apresentadas nesta parte do questionário de pesquisa e tabuladas na tabela 3 são verdadeiras. Desta forma a resposta adequada para as questões apresentadas teriam que ser “concordo totalmente”. A tabela apresenta dados da média, do desvio padrão e do teste “t” das respostas dos acadêmicos ingressantes e concluintes.

Um fator esperado, nesta etapa, seria a média dos concluintes se aproximarem mais de 5, tendo em vista que todas as afirmativas desta tabela são verdadeiras, segundo os resultados:

Tabela 3

Afirmativas verdadeiras

3º Bloco	Amostra	Média	Desvio Padrão	Teste t
6 – O Objetivo da tributação é financiar as atividades da União, Estados e dos Municípios.	Ingressantes	4	1,1338	0,2865
	Concluintes	4,2682	0,9493	
7 – O Simples Nacional é um sistema compartilhado de arrecadação que unifica em uma só guia tributos: federais, estaduais e municipais.	Ingressantes	3,7241	1,2506	0,1577
	Concluintes	4,1463	1,195	
8 – O ISS é um tributo municipal relacionado à prestação de serviços.	Ingressantes	4,3448	1,1108	0,4043
	Concluintes	4,5609	1,0258	
9 – O imposto de Renda Pessoa Jurídica não é um tributo incidente sobre o lucro.	Ingressantes	3,8275	1,4159	0,4007
	Concluintes	4,0975	1,241	
10 – O fato gerador do PIS e da COFINS são as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas.	Ingressantes	3,7931	1,1141	0,2559
	Concluintes	4,1219	1,2287	
11 – São exemplos de obrigações acessórias: SPED Fiscal, DCTF, DeSTDA e DEFIS.	Ingressantes	3,4137	1,1807	0,12
	Concluintes	3,8536	1,1305	

Ao analisar os dados tabulados, conjectura-se que em todas as afirmativas a média dos concluintes se mostrou maior em relação aos ingressantes, mostrando que os concluintes concordam mais com as afirmações apresentadas, fator considerado positivo, visto espera-se que os concluintes possuam maior conhecimento sobre tributação.

Há de se destacar as questões (7): “o Simples Nacional é um sistema compartilhado de arrecadação que unifica em uma só guia tributos: federais, estaduais e municipais” e (11): “são exemplos de obrigações acessórias: SPED Fiscal, DCTF, DeSTDA e DEFIS”, em que as diferenças de média foram mais expressivas, na questão (7), média configurada com a mais próxima da ideal, demonstrando que os concluintes concordam parcialmente com a afirmativa. Já na questão (11), por mais que haja uma significativa diferença entre as médias dos ingressantes e concluintes, ambos os grupos demonstram não concordarem, em grande medida, com a afirmação. Nas demais questões, há uma maior concordância dos concluintes com diferença de médias menos significantes. Entretanto, destaca-se na questão (8) que “o ISS é um tributo municipal relacionado à prestação de serviços”, na qual os ingressantes e os concluintes expressam grande nível de concordância com a afirmação nela contida.

Vale ressaltar que as afirmativas na tabela 5 em relação ao desvio padrão das respostas apresentam-se favoráveis aos concluintes, a única exceção é a (9): “o imposto de Renda Pessoa Jurídica não é um tributo incidente sobre o lucro”, no qual o propósito do desvio padrão é melhor para os alunos ingressantes. No entanto, conforme mencionado, na média as respostas dos concluintes em relação a questão (9) é mais adequada. O que demonstra que os concluintes têm um conhecimento maior que os iniciantes neste item.

Na tabela 4, aborda-se os dados apresentados de forma similar aos da tabela anterior 3, entretanto, todas as afirmativas contidas, na tabela 4, são falsas. Desta forma, a resposta adequada para estas questões seria “(1) discordo totalmente”. A partir disso, espera-se que as médias dos concluintes se aproximem de (1), supondo um maior nível de conhecimento por parte dos respondentes.

- O primeiro reuniu as questões (Q16) e (Q17);
- O segundo reuniu as questões (Q19), (Q20) e (Q21);
- O terceiro reuniu apenas a questão (Q18);
- O quarto reuniu as questões (Q13) e (Q14).

Tabela 4

Afirmativas falsas

3º Bloco	Amostra	Média	Desvio Padrão	Teste t
12 – O Brasil é um dos 10 países que possuem a maior carga tributária do mundo.	Ingressantes	3,9655	1,1489	0,1745
	Concluintes	4,317	0,9858	
13 – Os tributos são divididos exclusivamente em: federais, estaduais e municipais.	Ingressantes	4,1034	1,1754	0,2868
	Concluintes	4,3902	1,0458	
14 – Os regimes de tributação no Brasil são o Simples Nacional e o Lucro Real	Ingressantes	2,5517	1,4537	0,2106
	Concluintes	2,1219	1,3672	
15 – Os tributos arrecadados podem ser usados livremente em qualquer situação.	Ingressantes	1,931	1,2227	0,0314
	Concluintes	1,4146	0,7407	
16 – O Simples Nacional é permitido, exclusivamente para Microempreendedores Individuais e Microempresas.	Ingressantes	3,2068	1,2922	0,1655
	Concluintes	3,7073	1,5849	

17 – A alíquota do Simples Nacional é definida através do faturamento mensal de cada empresa.	Ingressantes	3,6551	1,3168	0,8316
	Concluintes	3,7317	1,5815	
18 – O limite de faturamento acumulado dos últimos 12 meses permitido no Simples Nacional é de R\$ 3.600.000,00.	Ingressantes	3,2068	1,2357	0,0573
	Concluintes	3,878	1,5253	
19 – O IPI é o “Imposto sobre produtos importados” incidindo sobre a revenda de produtos importados.	Ingressantes	2,6896	1,4905	0,291
	Concluintes	3,1219	1,7915	
20 - O ICMS é um tributo municipal e está relacionado com a circulação de mercadorias e serviços.	Ingressantes	2,8275	1,649	0,9581
	Concluintes	2,8048	1,8603	
21 – O IPTU é um tributo federal e o contribuinte responsável pelo recolhimento é o proprietário do Imóvel.	Ingressantes	2,4137	1,524	0,8141
	Concluintes	2,317	1,7949	

Ao analisar a tabela acima, observa-se que nas questões:

- (12) o Brasil é um dos 10 (dez) países que possuem a maior carga tributária do mundo;
- (13) os tributos são divididos exclusivamente em: federais, estaduais e municipais;
- (16) o Simples Nacional é permitido, exclusivamente para Microempreendedores Individuais e Microempresas;
- (17) a alíquota do Simples Nacional é definida através do faturamento mensal de cada empresa;
- (18) o limite de faturamento acumulado dos últimos 12 (doze) meses permitido no Simples Nacional é de R\$ 3.600.000,00; e
- (19) o IPI é o “Imposto sobre produtos importados”, incidindo sobre a revenda de produtos importados.

A média dos ingressantes apresenta-se, diferente do esperado, aproximando-se mais da resposta adequada (1 – discordo totalmente), em relação à média dos concluintes, demonstrando que os ingressantes concordam menos com as afirmativas falsas que foram apresentadas.

Na questão (15), “os tributos arrecadados podem ser usados livremente em qualquer situação”, os concluintes aproximaram-se mais da resposta ideal, porém os ingressantes também demonstraram discordar parcialmente da afirmativa. Já nas questões (16) e (18), os ingressantes concordaram menos com as afirmativas, entretanto, em ambas as afirmativas as médias dos grupos foram acima de 3. Isso quer dizer que os dois grupos não souberam responder, adequadamente, à questão, porém possuem uma “possível” concordância com as afirmativas.

As questões (12) e (13), possuem as maiores médias, tanto para ingressantes quanto para concluintes, demonstrando que os grupos não responderam corretamente as questões, sendo que em ambas a média dos concluintes apresentam-se maiores. Este resultado permite considerar que ambos os grupos conhecem muito pouco sobre os aspectos tributários abordado nas duas questões.

Nas questões (20), “o ICMS é um tributo municipal e está relacionado com a circulação de mercadorias e serviços” e (21), “o IPTU é um tributo federal e o contribuinte é responsável pelo recolhimento é o proprietário do Imóvel” observam-se diferenças de médias, cabendo ressaltar que em ambas as afirmativas as médias de ingressantes e concluintes estão abaixo de 3 (três). Desta forma, pode-se concluir que os dois grupos não

souberam responder com exatidão a questão. Entretanto, demonstram pequena discordância na questão (20) e uma maior discordância na questão (21).

Comparando os resultados com o artigo de Curcino et al. (2013), verifica-se semelhança na percepção de que há pouca diferença de conhecimento específico entre iniciantes e concluintes. Vale ressaltar que no trabalho desses autores, diferentemente deste artigo, foram adicionadas somente questões afirmativas opinativas e afirmativas verdadeiras, tendo neste trabalho uma categoria adicional, que são as afirmativas falsas, que foram incluídas para verificar também o nível de discordância dos alunos quanto às afirmativas falsas.

Verifica-se que em algumas afirmativas verdadeiras do artigo de Curcino et al. (2013), os iniciantes possuíram médias mais próximas da adequada, fato este que não aconteceu em nossas afirmativas verdadeiras, visto que nesse bloco todas as médias dos concluintes foram maiores em relação as dos iniciantes. Contudo, nas afirmativas falsas apresentadas neste trabalho, diferentemente do esperado, os iniciantes obtiveram em seis das dez afirmativas médias mais próximas da ideal. Assim, neste bloco das afirmativas falsas observa-se que os concluintes em seis das dez afirmativas e os iniciantes em cinco das dez afirmativas possuíram médias acima de 3 (três), que foram consideradas incorretas para este bloco, pois apresentam ao menos alguma concordância com as afirmativas falsas.

No trabalho de Barbosa et al. (2018), onde também é verificado e comparado os níveis de conhecimento tributário dos discentes iniciantes e concluintes, é visto que há pouca diferença entre os níveis de conhecimento destes dois grupos, assim como mostra este estudo. E na pesquisa de Curcino et al. (2013), conclui-se que há, ao menos na comparação de resultado, um padrão de que o curso de Ciências Contábeis pouco interfere no conhecimento tributário dos discentes.

Considera-se como maior contribuição deste estudo, o fato de que reuniu-se no mesmo item do questionário de pesquisa, afirmativas falsas em relação ao tema Sistema Tributário Brasileiro, algo que não foi encontrado nas pesquisas de Cardoso, Souza e Almeida (2006), Curcino et al. (2013), Leal, Soares e Sousa (2008) e Nazário et al. (2008), além de Barbosa e Rêgo (2014), Barbosa et al. (2018), Silva e Morais (2015) e Souza e Vergilino (2012) e assim, foi possível identificar mais dúvidas em relação à temática, ou seja, desta forma identificou-se que tanto os concluintes como os ingressantes carecem de maior conhecimento sobre o STB no contexto da graduação.

4.4 Análise fatorial exploratória

Na análise fatorial utilizou-se da redução de fatores por meio do método de extração dos componentes principais, com a técnica de rotação varimax. Segundo Hair et al. (2009, p. 115) o modelo de análise de componentes, é o que mais se adequa quando se precisa reduzir dados (variáveis) de forma preponderante.

Primeiramente, foram mantidas no estudo, as variáveis opinativas/verdades, apenas, aquelas que se enquadraram dentro dos parâmetros para análise fatorial exploratória, conforme orientações de Hair et al. (2009), quanto aos outliers, comunalidades, curtose, assimetria e distribuição de cargas. Portanto, as variáveis que não se enquadraram nos devidos parâmetros foram excluídas.

E as variáveis validadas apresentaram os seguintes índices:

Tabela 5

Resultado dos testes de consistência das variáveis opinativas/verdadeiras

Esféricidade de Bartlett	KMO	% Variância explicada

Sig.		
0,00	0,541	63,214

O teste de adequação da amostra, KMO, apresentou o resultado de 0,541. Para Marôco (2010) o KMO acima de 0,50 representa alta capacidade de fatorabilidade. Também, realizou-se o Teste de Esfericidade de Bartlett's, com o resultado de significância de 0,00, o demonstrando a rejeição da probabilidade de que a matriz populacional seja idêntica (Hair et al., 2009).

Por fim, reuniu-se as variáveis consideradas opinativas e verdadeiras em dois componentes principais, com percentual de explicação de 63,214%, proporcionado pela variância total explicada, conforme Tabela 6. Atende-se, assim, as recomendações de Hair et al. (2009, p. 115), no sentido de que o número de fatores deve ser, suficientemente, capaz de atender a um percentual especificado de variância explicada, em geral de 60% ou mais.

Tabela 6

Fatores explicativos do modelo utilizado com apenas variáveis opinativas e verdadeiras

Componentes	Valores próprios iniciais		Somas rotativas
	Total	% de variância	% cumulativa
1	1,748	34,957	34,899
2	1,413	28,256	63,214

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Conforme os dados expostos acima, os resultados permitiram reunir as variáveis em dois componentes principais, o primeiro foi contabilizado em 34,899% e o segundo em 28,256%, o que explica como se organizam as variáveis tributárias reunidas como alternativas opinativas e verdadeiras, sob a ótica de estudantes de contabilidade. Na sequência está disponível a matriz de componentes rotativa, apresentada na Tabela 7 para demonstração mais didática dos dados.

Tabela 7

Variáveis optativas e verdadeiras reunidas em componentes

	Componentes	
	1	2
Q1	,707	
Q2		,836
Q3		,775
Q6	,803	

Q8

,747

Desta forma, considera-se que as variáveis opinativas e verdadeiras conhecidas pelos estudantes de contabilidade foram reunidas em dois componentes:

O primeiro reuniu as questões (Q1), (Q6) e (Q8);

O segundo reuniu as questões (Q2) e (Q3).

Os dois componentes juntos representam 63,214% das variáveis opinativas e verdadeiras conhecidas pelos estudantes de contabilidade. Portanto, pode-se afirmar que o conhecimento do STB pelos graduandos em Ciências Contábeis, junto a amostra obtida, apresenta-se nestes dois componentes. Contudo, o conhecimento dos estudantes relaciona-se mais, a importância dos tributos, ou seja, os estudantes compreendem a importância dos tributos para o financiamento das atividades da União, Estados e Municípios.

Na sequência foi rodado outro modelo, com apenas as variáveis consideradas falsas no estudo. Assim, considera-se que entre as variáveis falsas os estudantes não conhecem 71,853% das mesmas, conforme Tabela 8:

Tabela 8

Resultado dos testes de consistência das variáveis falsas

Esfericidade de Bartlett		KMO	% Variância explicada
Sig.			
0,00		0,504	71,853

O teste de adequação da amostra, KMO, apresentou o resultado de 0,504. Para Marôco (2010) o KMO acima de 0,50 representa alta capacidade de fatorabilidade. Também, realizou-se o Teste de Esfericidade de Bartlett's, com o resultado de significância de 0,00, o que demonstra a rejeição da probabilidade de que a matriz populacional seja idêntica (Hair et al., 2009).

Por fim, reuniu-se as variáveis consideradas falsas em quatro componentes principais, com percentual de explicação de 71,853%, proporcionado pela variância total explicada, conforme Tabela 9. Atende-se, assim, as recomendações de Hair et al. (2009, p. 115), no sentido de que o número de fatores deve ser, suficientemente, capaz de atender a um percentual especificado de variância explicada, em geral de 60% ou mais.

Tabela 9

Fatores explicativos do modelo utilizado com apenas variáveis falsas

Componentes	Valores próprios iniciais		Somas rotativas
	Total	% de variância	% cumulativa
1	1,778	20,784	20,784

2	1,678	18,979	39,762
3	1,235	16,220	55,982
4	1,057	15,871	71,853

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Conforme os dados expostos acima, os resultados permitiram reunir as variáveis em quatro componentes principais, com percentual de explicação total de 71,853%. Desta forma, os referidos componentes representam, como se organizam as variáveis tributárias não conhecidas, sob a ótica de estudantes de contabilidade. Na sequência está disponível a matriz de componentes rotativa, apresentada na Tabela 10 para demonstração mais didática dos dados.

Tabela 10

Variáveis falsas reunidas em componentes

	Componentes			
	1	2	3	4
Q13				,784
Q14				,777
Q16	,872			
Q17	,863			
Q18			,810	
Q19		,698		
Q20		,773		
Q21		,640		

Desta forma, considera-se que as variáveis falsas não conhecidas pelos estudantes de contabilidade foram reunidas em quatro componentes:

- O primeiro reuniu as questões (Q16) e (Q17);
- O segundo reuniu as questões (Q19), (Q20) e (Q21);
- O terceiro reuniu apenas a questão (Q18);
- O quarto reuniu as questões (Q13) e (Q14).

Contudo, considera-se que o não conhecimento, ou seja, a lacuna de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis pode ser explicada nos componentes, acima mencionados e, estes, relacionam-se mais aos aspectos específicos, como: Simples, IPI, ICMS e IPTU.

Desta forma, pode-se afirmar que este estudo contribuiu com o debate sobre conhecimento do sistema tributário brasileiro ao utilizar-se da estatística descritiva e comparar os resultados com outros estudos que

abordaram a temática de forma semelhante. E, sobretudo, ampliou os resultados ao apresentar detalhes sobre o conhecimento e o não conhecimento do sistema tributário sobre a ótica de discentes de Ciências Contábeis.

5 Considerações finais

Diante dessa exposição, a priori, considerando que o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o nível de conhecimento do Sistema Tributário Brasileiro entre os discentes ingressantes e concluintes do curso de Graduação em Ciências Contábeis, de uma Universidade Federal localizada no interior do Mato Grosso do Sul. Especificamente, apresentam-se: os temas conhecidos sobre o sistema tributário e os não.

Além disso, após a coleta dos dados, via questionário, foi verificado, a partir das análises, as médias de respostas equiparadas por afirmativas, dos ingressantes e concluintes, constatando-se diferenças significativas dessas médias de respostas, em apenas algumas questões.

No primeiro bloco de questões as perguntas versaram a respeito das características pessoais (gênero, idade e cidade onde reside), além de conter perguntas sobre históricos na área contábil e fiscal. No segundo bloco, que trata das afirmativas opinativas, notou-se que há diferenças pouco significativas nas médias de ingressantes e concluintes. Tal resultado demonstra que a opinião da amostra foi pouco impactada pelo conteúdo apresentado durante o curso.

No 3º bloco, formado por afirmativas verdadeiras, observou-se que os concluintes possuíam mais certeza em suas respostas, obtendo em todas as respostas médias mais altas em relação aos ingressantes (fato esperado). Entretanto, nas afirmativas falsas, em seis das dez questões apresentadas, a média dos iniciantes se aproximou mais da média adequada, ou seja, da afirmação "(1) discordo totalmente", fato que contraria o esperado, visto que os concluintes deveriam, por dedução, possuir uma média mais próxima a média ideal das afirmativas.

Considera-se como maior contribuição deste estudo, o fato de que reunir no mesmo item do questionário de pesquisa, afirmativas falsas em relação ao tema Sistema Tributário Brasileiro, algo que não foi encontrado nas pesquisas anteriores. Com os resultados apresentados, pode-se verificar que ao contrário do esperado, as respostas dos concluintes não foram, significativamente, mais assertivas em relação aos ingressantes. Por esta razão, entende-se que há pouca diferença de conhecimento tributário entre estes dois grupos, o que levanta o pensamento de que há pouco conteúdo tributário ministrado durante a graduação em contabilidade. Essa diferença pouco significativa indica que independente do tempo de curso o conhecimento tributário dos discentes não é muito discrepante, o que requer maior investimento nas disciplinas que tratam do assunto dentro do processo formativo do contador.

Os dados obtidos nesta pesquisa possibilitaram ampliar a análise dos dados ao aplicar a análise fatorial exploratória em dois momentos. Assim, destacou-se os possíveis avanços e lacunas formativas que estes alunos possam ter

Primeiro, utilizando-se apenas das variáveis opinativa e verdadeiras foi possível mostrar, pela variância explicada, que estas variáveis representam 63,214% do conhecimento do STB e reuniram as questões (Q1), (Q6) e (Q8); e as questões (Q2) e (Q3). Depois, analisando apenas as variáveis falsas obteve-se índice de variância explicada de 71,853% do não conhecimento do STB percentual este, representado pelas questões (Q16) e (Q17); (Q19), (Q20) e (Q21); (Q18); (Q13) e (Q14).

Considera-se que apesar de baixo, o conhecimento do STB pelos graduandos em Ciências Contábeis, relaciona-se a importância para financiar as atividades da União, Estados e Municípios. E o não conhecimento, ou seja, a lacuna do conhecimento pelos mesmos estudantes compara-se aos aspectos específicos, como: Simples, IPI, ICMS e IPTU.

Desta forma, afirma-se que este estudo contribuiu com o debate sobre conhecimento do sistema tributário brasileiro ao comparar os resultados entre ingressantes e concluintes, utilizando-se de estatística

descritiva e em ambas as perspectivas, pela variância explicada, apresentou-se o percentual dos possíveis avanços conhecimento e o de não conhecimento (lacunas formativas) da temática.

Este estudo limita-se ao contexto de apenas um curso de graduação em Ciências Contábeis e, embora similares a estudos anteriores, não podem ser generalizados. Porém, é um fator importante para ser analisado pela gestão do respectivo curso da universidade, em específico. Os resultados obtidos podem servir de norte para mudanças nos planos de ensino das disciplinas ou mesmo para a reformulação da grade da graduação em Ciências Contábeis, de maneira a contemplar mais amplamente o conhecimento no Sistema Tributário Brasileiro.

Diante do exposto é pertinente concluir que mesmo que a contabilidade englobe diversas áreas, a tributária é uma das mais relevantes no traquejo do trabalho do contador. Assim, é necessário que a universidade eleita reveja algumas questões relacionadas ao assunto para formar profissionais capacitados e aptos a trabalhar nos diversos nichos de mercado que a profissão dispõe.

Recomenda-se ainda, em estudos futuros ampliar a coleta de dados para âmbitos regionais e utilizar-se de novas técnicas estatísticas, como análise fatorial confirmatória, para análise dos dados.

Referências

- Amaro, L. (2010). *Direito tributário brasileiro* (16a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Barbosa, I., Ávila, L., & Malaquias, R. (2018). A percepção de alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis sobre a carga tributária no Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 12(1), 31-53.
- Barbosa, K. F., & Rêgo, T. F. (2014). Percepção dos discentes do curso de graduação em ciências contábeis da universidade federal rural do semiárido, quanto à carga tributária nacional. *Revista Razão Contábil & Finanças*, 5(1), 2-22.
- Brasil. (2009). PNEF. *Educação fiscal no contexto social*. 4. ed. Brasília, 2009a. (Série Educação Fiscal. Caderno 1). Disponível <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4251>>.
- Campanha, A.; Tenório, R. M. (2017) A educação fiscal e suas implicações para o exercício da cidadania e para a melhoria qualitativa da vida em sociedade. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista*, n. 23, p. 1-14, jan./jun. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/7516/pdf_854. Acesso em: 14 fev. 2020.
- Cardoso, J. L., Souza, M. A., & Almeida, L. B. (2006). Perfil do contador na atualidade: Um estudo exploratório. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 3(4), 275-284.
- Cassone, V. (2006). *Direito Tributário* (17a ed.). São Paulo: Atlas.
- Cheibub, T. P., & Miranda, L. C. (2004). Formação do contador: uma análise de grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis. *Anais do Congresso Brasileiro de Contabilidade*, Santos, SP, Brasil, 17.
- Coelho, C. U. F. (2001). Uma Análise do ensino superior de contabilidade e do mercado de trabalho no município do Rio de Janeiro. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro*, 11(4), 11-19.
- Creswell, J. W. W. (2010) *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Curcino, G., Ávila, L. A., & Malaquias, R. (2013). Percepção dos alunos de Ciências Contábeis em relação a carga tributária no Brasil: Um estudo comparativo entre alunos ingressantes e concluintes. *Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC*, 34(12), 66-79.
- Fabretti, L. C. (2009). *Contabilidade Tributária* (11a ed.). São Paulo: Atlas.
- Hair, F. J., Black, W. C., Babin, B., Anderson, R. E., & Tathan, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman.
- Leal, E. A., Soares, M. A., & Sousa, E. G. (2008). Perspectivas dos formandos do curso de Ciências Contábeis e as exigências do mercado de trabalho. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 1(10), 147-159.
- Marion, J. (2011). *Contabilidade Empresarial* (9a ed.). São Paulo: Atlas.
- Maroco, J. (2010). *Análise de equações estruturais*. Lisboa, Portugal: ReportNumb er.

- Nazário, N. S., Mendes, P. C. M., & Aquino, D. R. B. (2008). Percepção dos discentes quanto à importância do conhecimento em Contabilidade Tributária em instituições de ensino superior do Distrito Federal: um estudo empírico. *Revista Universo Contábil*, 4(3), 64-81.
- Oliveira, M. O.; Chierigato, R.; Júnior, J. H.P.; Gomes, M. B. (2009). *Manual de Contabilidade Tributária*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.
- Orair, R., & Gobetti, S. (2018). REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: Princípios norteadores e propostas em debate. *Novos estudos CEBRAP*, 37(2), 213-244. <https://doi.org/10.25091/s01013300201800020003>.
- Reis, A. K., Pfitscher, E. D., & Casagrande, M. D. H. (2012). A Educação Fiscal no Brasil: estudo realizado nos 27 Estados da Federação, distribuídos nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul E Centro-Oeste - DOI: <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v11n31p37-56>. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 11(31), p. 37-56. Recuperado de <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1257>
- Rezende, A. J., Pereira, A., & Alencar, R. C. (2010). *Contabilidade tributária: Entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas*. São Paulo: Atlas.
- Silva, M., & Morais, M. (2015). Contabilidade tributária: Percepção da importância do conhecimento da disciplina por discentes de uma instituição de ensino superior de Tangará da Serra – MT. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, 7(4), 24-51.
- Silva, E. S., Nunes, D. M.S., & Santana, S. M. (2016). Carga tributária no Brasil: Percepção de alunos de Ciências Contábeis no Distrito Federal. *Revista Pensar Contábil*, 66(18), 4-13.
- Silva, G. M., Fº., Cavalcante, P. R., Bomfim, E. T., & Leite, P. A., Fº. (2018). Conformidade tributária e comportamento do contribuinte: Uma análise dos fatores que explicam a observância tributária à luz da Teoria do Comportamento Planejado. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 10(1), 54-70.
- Souza, M. A., & Vergilino, C. S. (2012). Um perfil do profissional contábil na atualidade: Estudo comparativo entre conteúdo de ensino e exigências de mercado. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 13(1), 183-223.
- Sontag, A. G., Huff, G., Hofer, E., & Langaro, J. A. (2007). Fatores que influenciam a opção pelo curso de Ciências Contábeis. *Anais do Seminário do centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, Cascavel, PR*, 6.
- Vasconcelos, M. C. R. (2002). *Sistema tributário brasileiro e suas perspectivas face à iminente reforma tributária (Dissertação de Mestrado)*. Escola Brasileira de Administração Pública Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas, Caxias do Sul, RS, Brasil.

DADOS DOS AUTORES

Silvio Paula Ribeiro

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio Sinos (Unisinos)
Professor Adjunto pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas (UFMS)
Endereço: Rodovia Marechal Rondon, km 667 – Residencial Encontro das Águas, casa 12, quadra 2.
CEP: 16920-000 – Castilho/SP – Brasil.
E-mail: spribeiro@hotmail.com
Telefone: (17) 99738-8025 e (17) 98132-4554

Caio Gisse Rainho

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas (UFMS)
Endereço: Rua Sebastião dos Santos, 123 – Bairro Santos Dumont.
CEP: 79621-031 – Três Lagoas/MS – Brasil.
E-mail: caio_gisse_rainho@hotmail.com
Telefone: (67) 99950-5571

Marcos Vinicius Molina

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas (UFMS)
Endereço: Av. Ranulpho Marques Leal, 3.484 – Distrito Industrial II.

CEP: 79613-000 – Três Lagoas/MS – Brasil.

E-mail: molinav1995@gmail.com

Telefone: (67) 99162-0882

Tamires Sousa Araújo

Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Professora Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas (UFMS)

Endereço: Av. Ranulpho Marques Leal, 3.484 – Distrito Industrial II.

CEP: 79613-000 – Três Lagoas/MS – Brasil.

E-mail: Tamires.sousa@ufms.br

Telefone: (34) 99686-0229

Marçal Rogério Rizzo

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – Campus Presidente Prudente

Professora Associado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas (UFMS)

Endereço: Av. Ranulpho Marques Leal, 3.484 – Distrito Industrial II.

CEP: 79613-000 – Três Lagoas/MS – Brasil.

E-mail: marcalprofessor@yahoo.com.br

Telefone: (67) 99283-5108

Contribuição dos Autores:

Contribuição	Silvio Paula Ribeiro	Caio Gisse Rainho	Marcos Vinicius Molina	Tamires Sousa Araújo	Marçal Rogério Rizzo
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa	√	√	√		
2. Definição do problema de pesquisa	√	√	√		
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)	√	√	√		
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)	√	√	√	√	
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	√	√	√	√	
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	√	√	√	√	√
7. Processo de coleta de dados		√	√		
8. Análises estatísticas	√	√			
9. Análises e interpretações dos dados coletados	√	√	√	√	√
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	√	√	√	√	√
11. Revisão crítica do manuscrito	√			√	√
12. Redação do manuscrito	√	√	√	√	